

CHAMADA PÚBLICA DE ARTIGOS - dossiês da revista TEMPO

CRONOGRAMA

1 – O tráfico de escravos africanos: novos horizontes (Alexandre Vieira Ribeiro & Daniel Domingues da Silva)

entrega de artigos: deadline 16 de janeiro de 2017

data de publicação: até 10 de agosto de 2017

2 – Amazônia e História Global (Aldrin Figueiredo, Rafael Chambouleyron & José Ruiz Peinado-Alonso)

entrega de artigos: deadline 16 de março de 2017

data da publicação: até 10 de dezembro de 2017

3 – O governo da Justiça e os magistrados no mundo luso-brasileiro (Stuart Schwartz & Isabele de Mattos Pereira de Mello)

entrega dos artigos: deadline 16 de maio de 2017

data da publicação: até de 10 de abril de 2018

4 – Pobreza & Assistência: debates historiográficos (Maria Antónia Lopes & Gisele Sanglard)

entrega dos artigos: deadline 17 de julho de 2017

data da publicação: até agosto de 2018

5 – Novas perspectivas em Estudos Célticos (Adriene Baron Tacla & Elva Johnston)

entrega dos artigos: deadline 18 de setembro de 2017

data da publicação: até dezembro de 2018

6 – Corporativismos: experiências históricas e suas representações ao longo do século XX (Cláudia Maria Ribeiro Viscardi & Annarita Gori)

entrega dos artigos: deadline 16 de novembro de 2017

data da publicação: até abril de 2019

ATENÇÃO

Todos os artigos recebidos devem ser submetidos no site da revista Tempo e obedecer às normas de publicação da revista e dos editais (ver no site). Ao submeter o trabalho, o título do dossiê deve vir acima do título do artigo, para que possamos identificar o dossiê escolhido.

Vale ainda ressaltar que todos os artigos serão submetidos a duas avaliações. A primeira triagem será feita em conjunto entre organizadores e Conselho Editorial e a segunda por avaliadores anônimos.

Nestas etapas os artigos não terão identificação.

DETALHAMENTO DAS PROPOSTAS

(textos oferecidos pelos proponentes)

1 – Dossiê: O tráfico de escravos africanos: novos horizontes

Proponentes: Alexandre Vieira Ribeiro (UFF); Daniel B. Domingues da Silva (University of Missouri, EUA)

A escravização e o transporte forçado de africanos para as Américas possibilitaram a exploração intensiva da mão de obra de milhões de indivíduos, influenciando profundamente o desenvolvimento de sociedades americanas, das nações europeias diretamente envolvidas na colonização e das sociedades africanas escravizadoras e escravizadas. O tráfico de escravos e as lutas pela sua extinção no século XIX foram fundamentais para definir as identidades de negros e brancos, legando importantes consequências socioculturais no mundo atlântico. Por isso, esses temas seguem inspirando profícuos trabalhos nos campos das ciências humanas, notadamente na História. Desde o lançamento do banco de dados slavevoyages.org, esses estudos ganharam de forma definitiva uma ferramenta de investigação. Totalizando informações de aproximadamente 35 mil viagens pelo Atlântico, *Voyages* tornou possível redimensionar os dados até então conhecidos sobre o infame comércio de seres

humanos. Além de ser um monumental manancial de registros sobre o tráfico, *Voyages* tem inspirado pesquisadores a explorar novos caminhos sobre o negócio negreiro. A cada nova pesquisa que se inicia, um minucioso perfil dessa atividade se desvela. Estudos recentes, ainda que influenciados por *Voyages*, vêm investindo em aspectos que não foram contemplados na plataforma online, mostrando que mais do que uma operação mercantil, o comércio de africanos provocou transformações em diferentes esferas conectadas pelo tráfico. E não apenas aquelas do contexto atlântico, pois foi um fenômeno de dimensões globais, impactando regiões a milhares de quilômetros de distância. O objetivo desse dossiê é buscar trazer em primeira mão alguns resultados atuais, inovadores e originais sobre o trato negreiro, que vêm renovando a historiografia sobre o assunto, tais como estudos realizados sobre essa atividade no oceano Índico; as pesquisas sobre a dinâmica dos negócios na África mostrando a agência dos africanos; trabalhos sobre trajetórias entrelaçadas ao tráfico; investigações sobre as etapas terrestres desse comércio. Acreditamos que a publicação desse dossiê na *Tempo* contribuirá na divulgação desses novos estudos, ampliando o espaço de debate e de interesse pela temática, rompendo com a ideia de que a escravização e o comércio de escravos africanos ocorreram exclusivamente na esfera atlântica, proporcionando novos olhares sobre contextos diferentes nos quais a dinâmica escravista exerceu papel fundamental.

2 – Dossiê: Amazônia e história global.

Organizadores: Aldrin Figueiredo (UFPA), Rafael Chambouleyron (UFPA) e José Luís Ruiz Peinado-Alonso (Universitat de Barcelona, Espanha)

A proposta deste dossiê temático é reunir estudos sobre a Amazônia brasileira e as fronteiras amazônicas da América do Sul, Atlântico e Caribe e seus diálogos com o campo historiográfico da chamada *Global History*. Tomando como premissa que, em si, a Amazônia sempre foi um espaço de fronteiras, de políticas transnacionais e relações sociais, intelectuais e econômicas em escala mundial, buscamos recepcionar trabalhos que manejam diferentes histórias conectadas e cruzadas em distintas escalas de leitura temporal e espacial com passagem pelo locus amazônico, real ou imaginário, histórico ou literário, passado ou presente. Diversos autores têm promovido o debate historiográfico, desde as *Connected Histories* (Subrahmanyam, 1997; Gruzinski, 2001; 2012; Hartog, 2013), passando pela *Histoire Cruzée* (Werner; Zimmermann, 2006), até distinções pontuais entre a *Global History*, *World History* e a *Transnational History* (Vengoa, 2009; Ficker, 2014). Todas essas narrativas, no entanto, compartilham da necessidade de ampliar os objetos de análise para além das fronteiras nacionais. Assim também, tem havido um esforço em romper com a tradicional unidade do Estado-Nação e oferecer uma interpretação alternativa aos “modelos” centrados a partir de “casos” europeus. Nossa ideia é convocar alguns pesquisadores e demais interessados, que já vêm trabalhando e produzindo em interlocução com perspectivas que acionam diferentes escalas e contextos no campo da história. Barbara Sommer (Gettysburg College, USA), José Luís Peinado-Alonso (U. Barcelona, Espanha), Maria Adelina Amorim (CHAM, UL, Portugal), Patrícia Sampaio (UFAM, Brasil), Mark Harris (Univ. St. Andrews, Escócia, Reino Unido), Serge Gruzinski (EHESS, Paris, França), Yoshiaki Furuya (Kyushu University, Japão), Oscar de la Torre Cueva (University North Carolina, USA), além dos proponentes do dossiê estão entre alguns autores que pensamos como colaboradores desse volume. Seus trabalhos abrangem diferentes temporalidades, áreas temáticas, rediscutem os marcos clássicos da história nacional (Colônia, Império e República), aprofundam abordagens interdisciplinares e, principalmente, apontam novas pesquisas nas quais as fronteiras amazônicas ganharam destaque.

3 – Dossiê: O governo da justiça e os magistrados no mundo luso-brasileiro

Organizadores: Stuart B. Schwartz (Yale University) e Isabele de Matos Pereira e Mello

O dossiê temático tem como objetivo reunir artigos de professores consagrados no campo de estudos do direito, da justiça e da administração no universo luso-brasileiro. Nos últimos anos, podemos perceber um renovado interesse pela temática da administração e da justiça no período colonial, evidenciado pelo aumento gradativo de dissertações e teses nos programas de pós-graduação de todo Brasil. Algumas pesquisas mais recentes tem ressaltado o papel fundamental desempenhado pela magistratura na construção e manutenção do vasto Império Português.

O principal marco na produção historiográfica em relação à administração da justiça e suas instituições no contexto do Império Ultramarino Português foi o trabalho do historiador Stuart B. Schwartz sobre o Tribunal da Relação da Bahia, publicado pela primeira vez em língua inglesa no ano de 1973. Em 2018, a edição em língua portuguesa do livro “Burocracia e sociedade no Brasil colonial” completará 40 anos e sua obra ainda se constitui em leitura obrigatória para os pesquisadores que almejam ingressar na temática da justiça no período colonial.

Stuart Schwartz não estava preocupado apenas em investigar os principais aspectos do tribunal, mas, sobretudo, se debruçou sobre o universo da magistratura ao analisar suas trajetórias. Por essa e outras

razões, sua obra, seja pela temática, seja pela metodologia ou discussão teórica, segue até hoje influenciando consideravelmente as pesquisas relativas a esse tema. Assim, o dossiê pretende avaliar também como a obra de Stuart Schwartz, os posteriores trabalhos na área do direito, da administração e da justiça e a intensificação do diálogo entre historiadores brasileiros e portugueses, estão influenciando as pesquisas da nova geração de historiadores que começam a se debruçar cada vez mais sobre o tema.

No dossiê, pretendemos analisar os avanços ocorridos nos últimos 40 anos e os desafios que ainda devem ser enfrentados pelos interessados em estudar a temática da justiça e as diversas facetas do universo da magistratura no Império Ultramarino Português. Para compor o dossiê, pretendemos convidar autores com uma sólida produção historiográfica pertinente a temática proposta, mas também contemplar historiadores que produziram teses recentes em diferentes programas de pós-graduação de todo Brasil.

4 – Dossiê: Pobreza & Assistência: debates historiográficos

Organizadores: Maria Antonia Lopes (Centro de Investigação em História Social da Cultura, Universidade de Coimbra – Portugal) e Gisele Sanglard (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

A historiografia internacional tem se dedicado, desde a década de 1980, à relação historicamente construída entre pobreza e assistência, na qual o hospital é uma das metáforas máximas para compreensão das formas de legitimação das elites de diferentes países do Ocidente, desde, pelo menos, o século XV. Nesse sentido ressaltam-se os trabalhos de Roy Porter, Lindsay Grashaw, Robert Jütte, Bronislaw Geremek, Robert Castel, entre outros. No Brasil, esse movimento é mais recente: apenas na última década viu-se despontar trabalhos dedicados ao tema, muito incentivados pela expansão da pós-graduação no país.

Do ponto de vista nacional, a relação entre caridade, filantropia, assistência e pobreza ganhou evidência nos debates políticos e nas reflexões econômicas com a emergência da chamada questão social – como se passou a denominar a preocupação com o pobre, a miséria urbana e vinculada aos males da industrialização – que estava atrelada ao processo de abolição da escravatura. Contudo, as novas formas de perceber as relações entre pobreza e assistência têm movimentado também a historiografia internacional, indicando a importância do tema para a compreensão da historicidade das noções de pobreza, filantropia e assistência.

As mudanças na economia e nas relações de trabalho tornaram governos e filantropos mais sensíveis ao problema da pobreza que perambulava pelas cidades. Por isso, a reorganização da assistência foi um dos mais eficazes mecanismos postos em prática pelas elites na virada do século XIX para XX. O papel da filantropia é um ângulo privilegiado para a compreensão da sociedade, do papel histórico da dívida e do controle social sobre as classes trabalhadoras. Nesse sentido, pode ser compreendida a insistência, da ideia de redenção pelo trabalho, que evitaria a transformação do pobre em miserável; a sensibilidade em relação à mortalidade infantil, acarretando problemas demográficos às nações; a criação de instituições de auxílio mútuo e previdência; entre outros.

Este dossiê pretende reunir artigos que discutam questões relacionadas à assistência à saúde das populações pobres na virada do século XIX para o século XX, nos mais diferentes contextos sociais do Ocidente como um todo e do Brasil em particular – demarcando a relação entre a assistência pública e privada; entre poderes públicos e sociedade civil.

5 – Dossiê: Novas Perspectivas em Estudos Célticos

Organizadores: Adriene Baron Tacla (UFF) e Elva Johnston (UCD, Irlanda)

Nos últimos vinte anos, desde McCone e Simms (1996) e Hale e Payton (2000), houve amplos avanços na área de Estudos Célticos – seja em Linguística, Literatura Comparada, Cinema, História, Ciência Política ou Arqueologia. Essas mudanças se devem não apenas a novas abordagens teóricas e um aprofundamento do debate interdisciplinar, mas acima de tudo a novas descobertas e novos métodos de análise.

Temas como relações de gênero, comunidade e identidade, geografias imaginadas, políticas das línguas, desenvolvimento de línguas célticas, mudança cultural, folclore celta e direito celta têm estado sob novo escrutínio e produziram novos contornos para o que geralmente é considerado como “Estudos Célticos”. As novas discussões sobre etnogênese celta traçaram novas fronteiras e deferente dinâmicas culturais para o chamado “Mundo Céltico”. Hoje, ninguém mais acredita nas antigas teorias invasoras, os problemas dos usos do termo “Celta” são amplamente conhecidos e o “Paradigma Atlântico” está mais forte do que nunca, para só mencionarmos algumas das maiores mudanças no campo. Os recentes achados de enterramentos e assentamentos na França e na Alemanha, mas também o aumento das pesquisas de paisagens particularmente nas Ilhas Britânicas, estão produzindo novas visões acerca desse passado. Por isso, a busca atual por histórias alternativas, por diferentes formas de

análise e interpretação dos vestígios desse passado.

Os modelos para um chamado “Mundo Céltico” ou uma “Sociedade Celta” foram amplamente questionados e os pesquisadores tiveram de enfrentar a possibilidade de diferentes desenvolvimentos locais e regionais. Pouquíssimos hoje aceitam que as sociedades medievais na Irlanda e nas regiões de línguas celtas das Bretanha preservam exemplos imutáveis de um dito “arcaísmo”. Essas sociedades são tidas como dinâmicas e são consideradas em seus próprios termos, com suas especificidades. A grande variabilidade regional foi posta em evidência, particularmente por análises comparativas de Direito Irlandês e Galês, literatura vernacular e arqueologia. Nos últimos cinco anos, o emprego de tecnologias computacionais (tais como GIS, digitalização e impressão 3D, digitalização de manuscritos, mineração de dados e etc) tem nos apresentado diferentes formas de olhar para o passado. Esses não são apenas novos meios de representar os registros do passado, mas acima de tudo novas perspectivas de interpretação dele.

Face a essas mudanças nos vários campos dos Estudos Célticos, essa é a hora exata de avaliarmos esses desenvolvimentos e apontar quais são as perspectivas mais interessantes e em que direções nossas investigações devem seguir. Logo, a presente proposta convida contribuições acerca das novas perspectivas nos estudos de Idade do Ferro, Linguística Celta, Literaturas e Folclore Celtas, História e Direito Celta, bem como novas discussões acerca do Celticismo e de mudança cultural. O que significa ser Celta e podemos ainda usar esse termo enquanto também destacamos novos conhecimentos e compreensões da diversidade cultural? A presente proposta de artigos se coloca nos contextos interdisciplinar e multidisciplinar da fronteira de pesquisa de Estudos Célticos.

Title: New Perspectives in Celtic Studies

In the last twenty years, since McCone and Simms (1996) and Hale and Payton (2000), there have been large advances in Celtic Studies – be it in Linguistics, Comparative Literature, Media, History, Politics, or Archaeology. These were not only due to new theoretical approaches and further development of interdisciplinary debate, but above all to new discoveries and new methods of analysis.

Themes such as Gender relations, Community and Identity, Imagined Geographies, Politics of Language, Development of Celtic Languages, Cultural Change, Celtic Folklore and Celtic Law have been under new scrutiny and produced new outlines for what is usually considered as ‘Celtic Studies’. The new discussions on Celtic ethnogenesis have drawn new frontiers and different cultural dynamics for the so-called ‘Celtic World’. Today, no one still believes in the old invasionist theories, the problems of the usage of the ‘Celtic’ terminology are widely known, and the ‘Atlantic Paradigm’ is stronger than ever, just to mention a few major changes in the field. The recent finds of Iron Age burials and settlements in France and Germany, but also the increase of landscape research, particularly in the British Isles, are producing new views of such a past. Thus, the actual search for telling alternative histories, for different ways of analysing and interpreting the vestiges of that past.

The models for a so-called ‘Celtic World’ or a ‘Celtic Society’ have been largely questioned and scholars had to face the possibility of different local and regional developments. Very few now accept that medieval societies in Ireland and the Celtic-speaking parts of Britain preserve unchanged examples of so-called ‘archaism’. Societies are seen as dynamic and are viewed in their own terms. Large regional variability has been put in evidence, particularly by cross-comparative analyses of Irish and Welsh medieval laws, vernacular literature and archaeology. In the last five years, the application of computer-based technologies (such as GIS, 3D scanning and printing, the digitizing of manuscripts, data mining, and etc) has presented us with different ways of looking into the past. These are not just new means of representing the past record, but above all new perspectives of interpretation.

In face of those changes in the various fields of Celtic Studies, it is the precise time for us to evaluate these developments and point out which are the most interesting perspectives and in which directions shall our inquiries proceed. Thus, the present proposal welcomes contributions on new perspectives in Iron Age studies, Celtic Linguistics, Celtic Literatures and Folklore, Celtic History and Law, as well as further discussions on Celticism and cultural change. What does it mean to be Celtic and can we still use the term while also highlighting new knowledge and understandings of cultural variety? The proposed collection of essays will be at the cutting edge of Celtic Studies in interdisciplinary and multidisciplinary contexts.

6 – Dossiê: Corporativismos: experiências históricas e suas representações ao longo do XX século.

Organizadores: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Annarita Gori (Universidade de Lisboa)

Trata-se de um dossiê que tem por fim reunir textos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros voltados para o estudo do corporativismo, tanto do ponto de vista teórico, como de suas experiências práticas e de suas representações (não só através da sua história intelectual, como de sua história

cultural), na Europa, América Latina e no continente africano. A proposta corporativista, conceitualmente anti-liberal, foi implantada enquanto modelo alternativo de representação de interesses nas primeiras décadas do século XX, ganhou um enorme sucesso entre as duas guerras mundiais e continuou ao longo de todo o século passado. Inúmeros intelectuais autoritários, de diferentes regiões geográficas, voltaram-se para a defesa de sua introdução nos textos constitucionais como uma forma de resolver o que para eles eram distorções do paradigma liberal na representação dos interesses dos setores produtivos. Ao mesmo tempo, vários países colocaram em prática em seus parlamentos e de forma diferenciada as representações corporativas, a exemplo do Brasil, Argentina, Itália, Moçambique, Portugal, entre outros. Do ponto de vista historiográfico, o tema tem sido estudado sobretudo a partir do período do entre guerras até às experiências mais recentes, nomeadas como neocorporativas. Para além dos historiadores, outros profissionais se interessam pelo assunto, a exemplo de cientistas políticos, economistas e juristas. Há hoje na Academia várias redes de pesquisa voltadas para a investigação dos modelos corporativos que ocorreram no âmbito de experiências autoritárias ou semi-autoritárias, a exemplo da: História, Direita e Memórias (<http://direitashistoria.net/>), a Rede NETCORPOI (<http://ihc.fcsh.unl.pt/pt/component/k2/item/39106-netcorpoi-rede-internacional-de-an%C3%A1lise-do-corporativismo-e-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-de-interesses-passado-e-presente>), uma rede específica sobre os Fascismos (<http://www.fascismandpoliticaelites.ics.ul.pt/>), a SIDiF (Seminário Interuniversitário de Investigadores del Fascismo (<https://seminariofascismo.wordpress.com/>), entre outras. Acreditamos que um dossiê como esse, organizado por pesquisadoras inseridas nessas redes, possibilitaria carrear uma série de artigos produzidos por pesquisadores estrangeiros especializados no tema, contribuindo para a já consolidada vocação internacional do periódico. Em síntese, o dossiê acolheria investigadores dos campos da História Intelectual do Político (estudiosos das obras de Oliveira Viana, Alberto Torres, Manoilescu, entre outros, incluindo entre eles os intelectuais católicos do corporativismo social), das experiências corporativas em diferentes países e os investigadores vinculados à história cultural do político, que têm como objetos, o uso público do conceito histórico de corporação e as diversas formas simbólicas de representação dos regimes em que o corporativismo ocorreu.